DocuSign Envelope ID: 53DD8E7C-AE9E-4B71-BF61-81E100785433

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo de 31/12/2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas que julgamos necessárias para melhor entendimento das presentes Demonstrações Financeiras. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 14 de abril de 2023. A Administração

sodexo

Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Ativos	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	451.675	456.696
Instrumentos financeiros	7	1.721.197	1.479.196
Contas a receber líquido de provisão	8	2.234.575	1.941.662
Ativo fiscal corrente	9.a	52.049	42.835
Outras contas a receber		17.818	27.127
Total do ativo circulante		**4.477.314**	**3.947.516**
Não circulante			
Ativo fiscal diferido		65.388	54.216
Depósitos judiciais	17	47.840	41.206
Outras contas a receber		135	105
Total do realizável a longo prazo		**113.363**	**95.527**
Imobilizado	12	21.854	2.788
Intangível	13	1.060.079	1.020.347
Total do ativo não circulante		**1.195.296**	**1.118.662**
Total do ativo		**5.672.610**	**5.066.178**

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	14	226.203	153.994
Arrendamento mercantil	15	5.431	1.955
Afiliados a pagar	16	1.325.339	1.043.903
Cartões e vouchers em circulação	17	1.669.384	1.558.838
Obrigações trabalhistas		27.928	25.052
Impostos e contribuições a recolher		16.504	12.672
Imposto de renda e contribuição social		56.353	19.958
Adiantamento de clientes		33.922	558
Total do passivo circulante		**3.361.064**	**2.816.930**
Não circulante			
Provisão para contingências	18	12.195	16.943
Arrendamento mercantil		16.889	584
Dividendos a pagar	19.d	3.271	1.432
Passivo fiscal diferido	9.b	316.357	316.200
Total do passivo não circulante		348.712	335.159
Total do passivo		**3.709.776**	**3.152.089**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	760.741	760.741
Reservas de capital	19.b	261.756	259.090
Reserva legal	19.c	90.190	90.190
Outros resultados abrangentes	19.f	(1.004)	(24.185)
Reserva de lucros	19.e	851.151	828.253
Total do patrimônio líquido		**1.962.834**	**1.914.089**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.672.610**	**5.066.178**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**760.741**	**255.249**	**90.190**	**27.861**	**1.003.931**	-	**2.122.998**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	143.201	143.201
Outros resultados abrangentes:								
Transações com pagamentos baseados em ações	19.b (ii)	-	3.841	-	-	-	-	3.841
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros a VJORA, liquidos de impostos	19.f				(37.072)			(37.072)
Destinações								
Dividendos distribuidos e pagos		-	-	-	-	(317.447)	-	(317.447)
Dividendos mínimos a pagar		-	-	-	-		(1.432)	(1.432)
Constituição de reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	141.769	(141.769)	-
Total destinações do resultado		-	-	-	-	(175.678)	(143.201)	(318.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**760.741**	**259.090**	**90.190**	**(24.185)**	**828.253**	-	**1.914.089**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	327.081	327.081
Outros resultados abrangentes:								
Transações com pagamentos baseados em ações	19.b (ii)	-	2.666	-	-	-	-	2.666
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros, líquidos de impostos	19.f				23.181			23.181
Destinações								
Dividendos distribuídos e pagos		-	-	-	-	(300.912)	-	(300.912)
Dividendos mínimos a pagar		-	-	-	-		(3.271)	(3.271)
Constituição de reserva de lucros a destinar		-	-	-	-	323.810	(323.810)	-
Total destinações do resultado		-	-	-	-	22.898	(327.081)	(304.183)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**760.741**	**261.756**	**90.190**	**(1.004)**	**851.151**	-	**1.962.834**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa nas atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos		494.212	216.595
Ajustes para conciliar o resultado			
Depreciação e amortização	12/13	37.656	22.622
Juros apropriados sobre empréstimo a pagar		-	-
Provisão para perda esperada	26	3.290	5.118
Provisão para contigências	18	4.254	4.801
Baixa de imobilizado e intangível	12/13	(1.494)	12.393
Juros sobre arrendamento mercantil		(1.719)	392
Baixa de contratos de arrendamento mercantil		-	(452)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar		(56.353)	(29.804)
Imposto diferido		11.015	30.299
Transações com base em ações		2.666	3.841
		493.527	**265.805**
Variações em			
Contas a receber	8	(296.203)	(398.984)
Ativo fiscal corrente	9.a	(9.214)	11.165
Outras contas a receber		9.279	(5.531)
Depósitos judiciais	18	(6.634)	(2.975)
Aumento ativo fiscal diferido	9.b (i)	54.216	(30.300)
Fornecedores	14	72.209	6.660
Arrendamento mercantil	15	22.078	(7.910)
Créditos e vouchers em circulação	17	110.547	156.033
Afiliados a pagar	16	281.436	22.625
Obrigações trabalhistas		2.876	5.307
Impostos e contribuições a recolher		3.832	2.173
Adiantamento de clientes		33.364	102
Pagamentos de contingências	17	(9.002)	-
Aumento passivo fiscal diferido	9.b (ii)	(65.231)	-
Outros fluxos de caixa operacionais			
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro pago		(85.398)	(83.729)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		**611.682**	**(59.559)**
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição/Resgate de instrumentos financeiros		(218.820)	430.369
Aquisição de imobilizado	12	(18.974)	-
Aquisição de intangíveis	13	(75.986)	(49.546)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		**(313.780)**	**380.823**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Juros pagos sobre arrendamento mercantil		(578)	(897)
Dividendos	19.d	(302.344)	(320.646)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		**(302.922)**	**(321.543)**
Redução/Aumento		(5.020)	(279)
Caixa equivalentes de caixa no início do exercício		456.696	456.975
Caixa equivalentes de caixa no final do exercício		**451.676**	**456.696**

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2022	2021
Receita líquida	20	1.313.397	1.105.237
Custo das vendas	21	(190.942)	(169.975)
Lucro bruto		1.122.455	935.262
Despesas de vendas	22	(278.282)	(207.514)
Despesas administrativas	23	(249.432)	(202.586)
Outras despesas operacionais	24	(129.729)	(329.325)
Lucro antes das receitas financeiras líquidas e impostos		465.012	195.837
Despesas financeiras	25	(10.140)	(11.284)
Receitas financeiras	25	39.340	32.042
Receitas e despesas financeiras líquidas		29.200	20.758
Lucro antes dos impostos		**494.212**	**216.595**
Imposto corrente		(178.146)	(103.693)
Imposto diferido		11.015	30.299
Imposto de renda e contribuição social		(167.131)	(73.394)
Lucro líquido do exercício		**327.081**	**143.201**
Resultado por ação - básico (em R$)		0,4276	0,1872
Número médio de ações durante o ano (por lote de mil ações)		764.880	764.880

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

	2022	2021
Lucro do exercício	327.081	143.201
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros classificados como VJORA, liquidos de impostos	23.181	(37.072)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Transações com pagamentos baseados em ações	2.666	3.841
Resultado abrangente total	**352.928**	**109.970**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional: A Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A ("Sodexo", "SODEXO PASS", "SPDB" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil controlada pela Sodexo Pass International ("Matriz"), sediada na França. A sede social da Companhia está localizada na Alameda Araguaia, 1.142 - Bloco 1, Barueri no Estado de São Paulo. A Companhia tem como principal objeto social a prestação de serviços na implantação, intermediação, administração e fiscalização de sistemas e/ou contratos de convênio de qualquer natureza, por meio de intermediação e fornecimento, às empresas clientes de cheques, cartões, vales e cupons, impressos em papel ou plástico, oriundos de tecnologia adequada, destinados à aquisição de refeições prontas ou gêneros alimentícios "in natura", vestuário e acessórios em estabelecimentos fornecedores de bens e serviços, como restaurantes, bares, hotéis, supermercados, livrarias, entre outros, por seus funcionários. **Lei nº 12.865 - Regulamentação BACEN:** Em 2021 houve mudanças importantes na regulamentação do Banco Central, dentre elas a Resolução nº 89/21 que alterou a Circular 3.682/13, para dispor e reforçar os arranjos que não integram o Sistema de Pagamento Brasileiro ("SPB") e inclusão de novos critérios de dispensa de autorização de arranjo fechado. Dessa forma, a SODEXO PASS possui meios de pagamento emitidos exclusivamente no âmbito de arranjo fechado de programas de benefícios em função da relação de trabalho para aquisição de produtos específicos, regulados ou não por Programas Sociais. Para as modalidades Gift e Premium, por serem de arranjo fechado, também constam pleitos do setor junto ao Banco Central para que estejam excluídos do SPB. Em 2023 houve mais uma mudança na regulação do Banco Central (Resolução nº 289/23) com a exclusão do Auxílio Alimentação - arranjo aberto da supervisão do Banco Central. O pedido de licenciamento como Instituição de Pagamento ("IP") na SPDB já foi realizado tendo em vista que a volumetria foi atingida, porém como os produtos Gift e Premium serão transferidos para a empresa Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda (SPDBI), a SPDB pediu a suspensão do pedido de IP e com a migração dos produtos para a SPDBI o pedido de IP será realizado pela própria SPDBI. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme pressuposto de continuidade e de acordo com legislação societária brasileira e as diretrizes contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de abril de 2023. **b. Base de mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, expectativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **e. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Companhia que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos nas seguintes notas explicativas: • Nota 3.i: Apresentação da receita financeira decorrente de outros investimentos financeiros como receita operacional da Companhia. • Nota 3.d. e 13: Determinação dos projetos desenvolvidos internamente. • Nota 5 e 7.c: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais em parte relacionadas. **f. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota 8:** Provisão para perda esperada. • **Nota 9.a:** reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • **Nota 5 e 7.d**: Determinação do valor justo dos para ativos e passivos financeiros e não financeiros. • **Nota 13:** Amortização do ativo intangível. • **Nota 18:** Provisão para contingências. • **Nota 3.g (iii)**: Pagamento baseado em ações. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à média da conversão utilizada pela matriz na França, da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em "resultado de variações cambiais". **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos e passivos financeiros:** ***Classificação e mensuração:*** As práticas contábeis adotadas pela Companhia permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos e modelo de negócio para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. ***Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: *(i)* é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e *(ii)* seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto (calculados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros). ***Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR):*** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):*** Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: *(i)* é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo reconhecimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e *(ii)* seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A companhia mantem em seu portifólio os ativos financeiros abaixo:

Ativo/Passivo Financeiro	Mensuração
Operações compromissadas	Custo amortizado
Aplicações em depósitos bancários	Custo amortizado
Contas a receber	Custo amortizado
Cotas de fundos de investimentos	Valor justo por meio do resultado
Títulos públicos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Carteira de ações	Valor justo por meio do resultado
Passivos Financeiros	Custo Amortizado

(ii) Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **(iii) Provisão para perda esperada - Contas a receber:** A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problema de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados no ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do cliente; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Companhia realizou análises do seu modelo de negócios e das características dos fluxos de caixa dos ativos de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e, considerando que os saldos de Contas a receber não possuem componente significativo de financiamento, elaborou uma política interna que adota a abordagem simplificada prevista no CPC 48 - Instrumentos Financeiros para Mensuração da provisão para perda esperada, dessa forma, foi avaliado a probabilidade de *default* sobre os saldos de contas a receber atual utilizando como base o histórico de faturamento *versus* recebimento financeiro dos últimos três exercícios fiscais. Abaixo é demonstrado os percentuais que correspondem a probabilidade de *default* conforme a faixa de atraso dos títulos:

Faixa de atraso	Percentual 2022	Percentual 2021
A vencer	0,27%	0,41%
Vencidos de 0 a 3 meses	2,68%	3,48%
Vencidos de 3 a 6 meses	64,07%	69,15%
Vencidos de 6 a 12 meses	75,01%	82,62%
Vencidos a mais de 12 meses	86,23%	90,22%

Em agosto de 2022 a Companhia realizou a atualização do estudo das taxas históricas de inadimplência e realizou a mudança das taxas aplicadas. Cabe ressaltar que os títulos são baixados para perdas quando vencidos onde a negociação tenha se esgotado ou se evidencie dificuldade financeira incontestável e falência, independente do prazo de atraso. **c. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Parte dos ativos imobilizados, são imobilizações em andamento, estes são transferidos para a conta definitiva de imobilizado quando há a conclusão da obra, e iniciada sua utilização, onde começa-se a reconhecer as despesas com depreciação. ***(ii) Custos subsequentes:*** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***(iii) Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis, utensílios e instalações	5 anos
Benfeitorias	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Veículos e computadores	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados: Adquiridos de terceiros por meio de combinação de negócios: Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos perdas por redução do valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos: • Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda; • Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; • Capacidade para usar ou vender o ativo intangível; • Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos; • Disponibilidade de recursos técnicos financeiros; • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e os períodos comparativos são as seguintes: Custo de desenvolvimento capitalizados 5 anos. **e. Arrendamento mercantil:** O CPC 06 - Arrendamentos teve vigência a partir de 1º de janeiro de 2019 e introduziu um único modelo de arrendamento, subsituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo a ser depreciado, com o respectivo passivo e encargos financeiros. O arrendamento está presente no contrato, se o mesmo incluir: - Um ativo identificável especificando explicitamente ou implicitamente. Neste caso o fornecedor, não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum beneficio econômico para o fornecedor; - O direito do controle do uso do ativo durante o contrato, neste caso a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência até 12 meses. **f. Benefícios a empregados:** ***(i) Planos de contribuição definida:*** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. ***(ii) Benefício por tempo de casa:*** Plano de premiação e reconhecimento dos funcionários devido a tempo de trabalho ininterrupto de 05, 10, 15, 20, 25 e 30 anos. ***(iii) Transações de pagamento baseado em ações:*** Valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais. Valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. **h. Receita operacional:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. ***(i) Prestação de serviços:*** Composta pelas comissões recebidas de clientes e de afiliados. ***(ii) Receita financeira:*** Corresponde aos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras e em outros investimentos financeiros. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros recebidos de empréstimos a partes relacionadas, descontos obtidos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e despesas e comissões bancárias. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **4. Novas normas ou alterações para 2022 e futuros requerimentos:** Novos requerimentos atualmente em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2022	Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)
	Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27)
	Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)

Esta tabela apresenta uma lista das recentes alterações nas normas adotadas em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022. Não há impacto contábil em razão da adoção destes novos pronunciamentos contábeis.
Futuros requerimentos:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de Janeiro de 2023	Contratos de seguro (alterações ao CPC 50)

Esta tabela apresenta uma lista das alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos decorrente da adoção destes novos pronunciamentos contábeis mencionados. **5. Determinação do valor justo e hierarquia de valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo mais adequado. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no

DocuSign Envelope ID: 53DD8E7C-AE9E-4B71-BF61-81E100785433

A maior rede credenciada do Brasil
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.
sodexo

24. Outras despesas operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Royalties com partes relacionadas (a)	(31.091)	(33.312)
Provisão para perda esperada	(3.290)	(4.950)
Perda efetiva de créditos e liquidação duvidosa	(11.461)	(9.267)
Propriedade Intelectual (b)	(84.406)	(277.896)
Outras receitas e despesas	487	(1.229)
Perda/Ganho na baixa de imobilizado	32	(2.671)
	(129.729)	(329.325)

(a) Os royalties com partes relacionadas referem-se ao saldo de despesas com a Sodexo Pass do Brasil Serviços de Inovação Ltda., controladora direta da Companhia. (b) Em 09 de agosto de 2021 através de documento denominado "Cooperation Agreement" foi estabelecido entre a Sodexo Pass do Brasil e Sodexo Pass International os termos e condições segundo o qual as partes envidarão esforços conjuntos para realizar pesquisa e desenvolvimento de trabalhos de interesse conjunto para buscarem melhorar a propriedade Intelectual de sistemas e aplicações tecnológicas existentes para desenvolver nova propriedade intelectual em benefício de ambas as Partes.

25. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Despesas bancárias e cobrança	(5.804)	(6.191)
Juros sobre contrato de aluguel	(1.719)	(392)
Descontos concedidos	(2.616)	(4.700)
	(10.139)	(11.283)
Receitas financeiras		
Juros recebidos de clientes	28.132	21.120
Descontos obtidos	266	312
Variação monetária	1.481	3.191
Receita de notas de crédito não utilizadas	9.360	6.879
Outros	100	539
	39.339	32.041
Receitas (despesas) financeiras líquidas	29.200	20.758

26. Gerenciamento de Riscos e Capital: a. Estrutura do gerenciamento de risco: A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de mercado: ***Risco de crédito:*** Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e do estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. Com relação ao grau de exposição ao risco, a Administração considera baixo, tendo em vista que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada, sendo companhias sólidas e com elevados índices de fidelização e para os clientes considerados como risco de crédito o serviço é prestado mediante pagamento antecipado. A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras por tipo de contraparte foi de:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Clientes (i)	8	2.234.575	1.941.662
Instrumentos financeiros		2.112.101	1.878.863
		4.346.676	3.820.525

O vencimento dos recebíveis e investimentos financeiros na data das demonstrações financeiras era:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo a vencer	4.275.676	3.808.292
Saldos vencidos até:		
de 1 a 30 dias	53.787	6.743
de 31 a 90 dias	8.923	2.050
de 91 a 360 dias	15.975	17.036
acima de 360 dias	104.946	95.745
Total	4.459.307	3.929.866
Provisão para perdas esperadas (Nota 8)	(112.631)	(109.341)
	4.346.676	3.820.525

O movimento na provisão para perdas esperadas em relação aos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi de:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 1º janeiro	(109.341)	(104.224)
Provisão/Reversão	(3.290)	(4.942)
Perda Recuperação Judicial	-	(175)
Saldo em 31 de dezembro	(112.631)	(109.341)

(i) A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas com contrapartes que possuam uma classificação mínima A1 da Standard & Poor's e P1 da Moody's para títulos de curto prazo. Para os títulos de longo prazo (limitado em 23 meses) não podendo ultrapassar 60 % do portfólio. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e o enquadramento dos limites de operação designados as contrapartes. ***Risco de liquidez:*** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

	Valor contábil	6 meses ou menos	Vencimento não determinado	Maior que 1 ano
Fornecedores (Nota 14)	226.203	226.203	-	-
Cartões e vouchers em circulação (Nota 16)	1.669.385	-	1.669.385	-
Afiliados a pagar (Nota 15)	1.325.339	1.325.339	-	-
Total	3.220.926	1.551.542	1.669.385	-

O montante com vencimento não determinado refere-se aos saldos de cartões e vouchers colocados em circulação e ainda não apresentados para reembolso pelos estabelecimentos comerciais credenciados. O vencimento é determinado somente após apresentação dos vouchers e das transações dos cartões por parte dos estabelecimentos, ocorrendo assim a transferência do saldo para afiliados a pagar. ***Risco de moeda:*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio sobre os valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras.

	31/12/2022 Euro	31/12/2021 Euro
Contas a pagar - partes relacionadas	83	267
Exposição líquida no balanço	83	267

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. ***Perfil dos instrumentos financeiros:*** O perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

Instrumentos de taxa fixa	Rendimento/Taxa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros			
Títulos públicos (Nota 7)	11,2 a 15,67% a.a.	816.533	755.663
		816.533	755.663
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros			
Aplicação financeira - CDBs (Nota 6 e 7)	DI	990.708	879.743
Operações financeiras de renda fixa automática (Nota 6)		304.860	243.457
		1.295.568	1.123.200

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e SELIC nos seus investimentos e empréstimos a partes relacionadas respectivamente. ***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:*** Uma alteração de 1,00% nas taxas de juros CDI e SELIC, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente quanto a moeda estrangeira, são mantidas constantes.

	Lucro aumento	Lucro Diminuição	Patrimônio líquido aumento	Patrimônio líquido diminuição
Ativos financeiros a taxa variável	35	(35)	35	(35)

Risco de mercado: Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1,0 de capital circulante líquido. ***Risco de capital:*** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar uma relação de capital eficiente, afim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital, adequando a mesma às condições econômicas, podendo efetuar pagamentos de dividendos, redução de capital aos acionistas, recompra e alienação de ações de sua própria emissão, captação de empréstimos e financiamentos e contratação de operações com derivativos. **b. Valor justo versus valor contábil:** Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, ou na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante o exercício de 2022 e 2021 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos. Os demais instrumentos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores, partes relacionadas, fornecedores, créditos e vouchers em circulação e afiliados a pagar, são registrados pelo custo amortizado. Os períodos de liquidação são de curto prazo e, portanto, os valores contábeis são considerados uma aproximação razoável dos valores justos. ***Classificações contábeis e valores justos:*** *Valor justo contra valor contábil:* O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	Hierarquia valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo	2021 Valor contábil	2021 Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - VJR					
Instrumentos patrimoniais de partes relacionadas - NE 7	2	-	-	-	-
Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado - CA					
Instrumentos financeiros de:		**1.577.598**	**1.577.598**	**1.123.200**	**1.123.200**
Aplicações financeiras em CDBs - NE 6 (a)	-	86.044	86.044	156.210	156.210
Operações financeiras de renda fixa automática - NE 6 (a)	-	304.860	304.860	243.457	243.457
Aplicações financeiras em CDBs - NE 7 (a)	-	904.664	904.664	723.533	723.533
Contas a receber de clientes - NE 8 (b)	-	2.234.575	2.234.575	1.941.662	1.941.662
Fornecedores - NE 14 (c)	-	226.203	226.203	153.993	153.993
Afiliados a pagar - NE 16 (d)	-	1.325.339	1.325.339	1.043.903	1.043.903
Créditos e vouchers em circulação - NE 17 (e)	-	1.669.385	1.669.385	1.558.838	1.558.838
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA					
Instrumentos financeiros - títulos públicos - NE 7 (a)	2	816.533	816.533	755.663	755.663

(a) Devido à sua alta liquidez e natureza de curto prazo, o valor contábil do investimento é uma aproximação razoável de seu valor justo. (b) O Contas a receber de clientes têm prazo máximo de vencimento de 12 meses e são registrados com base nos contratos pactuados. Como resultado, o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. (c) Os valores contábeis de fornecedores a pagar são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original. Os períodos de liquidação não excedem 90 dias e, portanto, os valores contábeis são considerados uma aproximação razoável dos valores justos. (d) Os valores de afiliados a pagar são repassados em curto prazo e são registrados com base nas condições pactuadas via contato, de modo que o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. (e) Os valores das contas de créditos e vouchers em circulação possuem liquidez imediata, portanto, o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. **27. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 121.712 para danos materiais, R$ 10.000 para responsabilidade civil (Em 31 de dezembro de 2021 - R$ 127.035 e R$ 10.000, respectivamente).

Thierry Guihard - Diretor-Presidente
Bernarda Briceño Ramirez - Diretora Financeira
Paloma Andrade - CRC 1SP-241102/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e ao Conselheiro de Administração da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. - Barueri - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de Abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP295315/O-4

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL Nº 2023-204323V(7419) IMÓVEIS URBANOS, RURAL E COMERCIAIS LOCALIZADOS NOS ESTADOS: DF, MS, PB, PR, RS, SC E SP

Data: 27/04/2023 à partir das 11h00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS RESIDENCIAIS, RURAL, COMERCIAIS E AGÊNCIA DESATIVADA

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condomínio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO À VISTA OU COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO / CARTA DE CRÉDITO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações:

11 3393-3150 ou www.lancenoleilao.com.br

Leiloeiro Oficial Carla S. Umino - Jucesp 826

Lance no Leilão — Parceria

GRANDE LEILÃO ON-LINE BANCO DO BRASIL Nº 2023/704324V(7419) IMÓVEIS RURAIS E URBANOS LOCALIZADOS EM GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL, PARANÁ E SANTA CATARINA

Data: 27/04/2023 à partir das 14h00

OPORTUNIDADES EM IMÓVEIS RURAIS E URBANOS

Existindo valores não quitados de IPTU, ITR, CCIR, laudêmio e condomínio, o Banco do Brasil S.A. ficará responsável pela quitação dos valores a vencer até a data efetiva do registro da transferência do imóvel ao arrematante junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente (matrícula), desde que estas não estejam mencionadas especificamente no lote do bem como de responsabilidade do arrematante. Após a data da efetivação do registro da transferência do imóvel na matrícula, será de responsabilidade do comprador todos os débitos, inclusive parcelas a vencer de parcelamentos realizados. (ITEM 16.7 DO EDITAL)

PAGAMENTO SOMENTE A VISTA

Consulte relação completa de lotes e Edital em nosso site.

Informações:

11 3393-3150 ou www.lancenoleilao.com.br

Leiloeiro Oficial Carla S. Umino - Jucesp 826

Lance no Leilão — Parceria

Edital de Intimação de Hasta Pública - J3134

VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE LUCÉLIA/SP **PROCESSO Nº:** 1001149-50.2016.8.26.0326 **AUTOR:** Wilson Vitorio Dosso **RÉU:** Fabio Bezerra Cavalcanti **CÔNJUGE:** Larissa Garcia de Araujo **TERCEIROS:** Município de Pitimbu/PB; Loteamento Tambaba Country Club Resort **1ª PRAÇA: 28/04/23(15h00)** até **04/05/23(15h00)** e **2ª PRAÇA: 04/05/23(15h00)** até **24/05/23(15h00)**-***50%*** do valor de 1ª Praça. **CONDUTOR:** Jucesp 1106, pela www.d1lance.com.br. **BEM:** Propriedade - Imóvel. **MATRÍCULA:** nº 5641 do CRI de Caaporã/PB. **AVALIAÇÃO:** R$ 55.000,00 (em Abr/17). Ficam **INTIMADOS** os supracitados e demais interessados das presentes designações, bem como da penhora realizada em 07/04/17.

www.d1lance.com.br - sac@d1lance.com - (11)3101 9851

Edital de Intimação de Hasta Pública - J3625

VARA: 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTO ANDRÉ/SP **PROCESSO Nº:** 1010317-66.2019.8.26.0554 **AUTOR:** Condomínio Edifício Vila Borghese **RÉU:** Bruno Russo; Emanuela Porta Russo (falecida) **TERCEIROS:** Município de Santo André/SP; Washington Antonio Telles de Freitas Junior; Marina Tonucci Marques Figueiredo Telles de Freitas; Alexandre Thomaz ; Claudia Gomes de Miranda; Bruno Porta Russo (herdeiro de Emanuela Porta Russo); Karina Porta Russo (herdeira de Emanuela Porta Russo) **1ª PRAÇA: 28/04/23(15h00)** até **04/05/23 (15h00)** e **2ª PRAÇA: 04/05/23 (15h00)** até **24/05/23 (15h01)**-***60%*** do valor de 1ª Praça. **CONDUTOR:** Jucesp 1106, pela www.d1lance.com.br. **BEM:** Propriedade - Imóvel. **MATRÍCULA:** 28.118 do 1º CRI de Santo André/SP. **AVALIAÇÃO:** R$ 2.200.000,00 (em Out/19). Ficam **INTIMADOS** os supracitados e demais interessados das presentes designações, bem como da penhora realizada em 09/09/19.

www.d1lance.com.br - sac@d1lance.com - (11)3101 9851

Edital de Intimação de Hasta Pública - J4035

VARA: 1ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE PINHEIROS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP **PROCESSO Nº:** 1011809-05.2021.8.26.0011 **AUTOR:** Condomínio Edifício Mirante do Butantã **RÉU:** Antenor Joaquim de Souza Júnior **TERCEIROS:** Município de São Paulo/SP **CREDOR HIPOTECÁRIO:** Caixa Econômica Federal **1ª PRAÇA: 28/04/23(15h00)** até **04/05/23(15h00)** e **2ª PRAÇA: 04/05/23(15h00)** até **24/05/23(15h00)**-***70%*** do valor de 1ª Praça. **CONDUTOR:** Jucesp 1106, pela www.d1lance.com.br. **BEM:** Direitos - Imóvel. **MATRÍCULA:** nº 7.421 do 18º CRI de São Paulo/SP. **AVALIAÇÃO:** R$ 246.886,00 (Jul/22). Ficam **INTIMADOS** os supracitados e demais interessados das presentes designações, bem como da penhora realizada em 30/03/22.

www.d1lance.com.br - sac@d1lance.com - (11)3101 9851

Edital de Intimação de Hasta Pública - J4115

VARA: 19 VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP' **PROCESSO Nº:** 1016301-69.2018.8.26.0100 **AUTOR:** Banco Santander S.A **RÉU:** Pedrosa Distribuidora Ltda César de Oliveira Pedrosa **TERCEIROS:** Banco Safra S.A; Município de Manaus/AM **1ª PRAÇA: 28/04/23(15h00)** até **04/05/23(15h00)** e **2ª PRAÇA: 04/05/23(15h00)** até **24/05/23(15h00)**-***50%*** do valor de 1ª Praça. **CONDUTOR:** Jucesp 1106, pela www.d1lance.com.br. **BEM:** Propriedade - Imóvel. **MATRÍCULA:** . **AVALIAÇÃO:** R$ (i) R$ 1.201.746,90; (ii) R$ 455.650,77; (iii) R$ 120.361,29; e (iv) 237.345,54 (em Fev/22). Ficam **INTIMADOS** os supracitados e demais interessados das presentes designações, bem como da penhora realizada em 16/08/19.

www.d1lance.com.br - sac@d1lance.com - (11)3101 9851

Edital de Intimação de Hasta Pública - J4204

VARA: 2ª VARA CÍVEL DO FORO REGIONAL DE PINHEIROS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP **PROCESSO Nº:** 1008247-61.2016.8.26.0011 **AUTOR:** Texte Engenharia e Tecnologia Ltda **RÉU:** MHFC Incorporações e Engenharia EIRELI; Marcelo Henrique Fontana Cavaggione **COPROPRIETÁRIOS:** André Luis Fontana Cavaggione; Paula Maria Fontana Cavaggione **USUFRUTUÁRIOS:** Anselmo Cavaggione Filho; Celia Maria Castilho Fontana Cavaggione **1ª PRAÇA: 28/04/23(15h00)** até **04/05/23(15h00)** e **2ª PRAÇA: 04/05/23(15h00)** até **24/05/23(15h00)**-***50%*** do valor de 1ª Praça. **CONDUTOR:** Jucesp 1106, pela www.d1lance.com.br. **BEM:** Nua-propriedade - Imóvel. **MATRÍCULA:** nº 19.033 CRI de Lins/SP. **AVALIAÇÃO:** R$ 56.661,00 (em 26/09/22). Ficam **INTIMADOS** os supracitados e demais interessados das presentes designações, bem como da penhora realizada em 01/10/21.

www.d1lance.com.br - sac@d1lance.com - (11)3101 9851

Edital de Intimação de Hasta Pública - J4112

VARA: VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO CARLOS/SP **PROCESSO Nº:** 0015211-72.1996.8.26.0566 **AUTOR:** Fazenda do Estado de São Paulo **RÉU:** Supermercado Jardim Ltda; Antonio Afonso Jardim **TERCEIROS:** Município de Rio Claro/SP; Banco Cidade S/A; Cooperativa de Laticínios de São Carlos e Rio Claro; Distribuidora de Produtos Alimentícios Disduc Ltda; Modolo & Cia. Comercial Agro Campineira Ltda; Agropecuária Schio Ltda; Granja Malavazi Ltda; Santista Alimentos S/A; Fritex - Industria Alimenticia Lisboense S.A; Café Wenzel Ltda; Scarcelli Embalagens; Chapecó Companhia Industrial de Alimentos - Filial de Bauru; CRBS Industria de Refrigerantes (Filial de Paulínia); Luiz Roberto Vieira Araraquara ME; Frigorifico Margen Ltda; Casa do Padeiro Comércio de Produtos Alim. LTDA; Frigorífico Margen Ltda; Nestlé Industrial e Comercial Ltda; Comércio de Bebidas Lumar LTDA; Anaconda Industrial e Agrícola de Cereais S.A; Quimica Amparo LTDA; Estado de São Paulo **1ª PRAÇA: 28/04/23(15h00)** até **04/05/23(15h00)** e **2ª PRAÇA: 04/05/23(15h00)** até **24/05/23(15h00)**-***60%*** do valor de 1ª Praça. **CONDUTOR:** Jucesp 1106, pela www.d1lance.com.br. **BEM:** Propriedade - Imóvel. **MATRÍCULA:** n° 38.862 do 2° CRI de Rio Claro/SP. **AVALIAÇÃO:** R$ 11.094.445,03 (em Dez/19). Ficam **INTIMADOS** os supracitados e demais interessados das presentes designações, bem como da penhora realizada em 18/05/11.

www.d1lance.com.br - sac@d1lance.com - (11)3101 9851

Edital de Intimação de Hasta Pública - J1724

VARA: 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARULHOS/SP **PROCESSO Nº:** 0040968-60.2015.8.26.0224 **AUTOR:** Dubuit International **RÉU:** Dubuit do Brasil Serigrafia Indústria e Comércio Ltda.; Philippe Jean François Ayala; Cedric Palma; Martine Myriam Merandon Ayala; Thaís Lemes Rivelino Palma; Roitech Com. De Máquinas e Produtos Técnicos Ltda. **TERCEIROS:** Oreste Nestor de Souza Laspro; Andre Macedo Campos Toledo; Banco Safra S/A; SAATI S.P.A.; Banco Bradesco S/A; Metal G Brasil Ltda. (Metal G Industrial Ltda.); Anderson Ribeiro; Itaú Unibanco S/A ; Município de Guarulhos/SP; Banco Votorantim S.A; IMAP - Mediação e Arbitragem Paulista Ltda; STJS Serviços de Logistica S/S Ltda; Bassi Incorporação e Empreendimentos Imobiliários Ltda. **1ª PRAÇA: 28/04/23(15h00)** até **04/05/23(15h00)** e **2ª PRAÇA: 04/05/23(15h00)** até **24/05/23(15h00)**-***50%*** do valor de 1ª Praça. **CONDUTOR:** Jucesp 1106, pela www.d1lance.com.br. **BEM:** Propriedade - Imóvel. **MATRÍCULA:** nº 34.953 do 1º CRI de Guarulhos/SP. **AVALIAÇÃO:** R$ 11.347.737,15 (em Dez/22). Ficam **INTIMADOS** os supracitados e demais interessados das presentes designações, bem como da penhora realizada em 22/06/20.

www.d1lance.com.br - sac@d1lance.com - (11)3101 9851

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL

1º LEILÃO: 25.04.2023 - 13:00 | 2º LEILÃO: 10.05.2023 - 13:00

SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ n° 02.044.526/0001-07, estabelecida na Avenida Antônio Fadin n° 751, Cj. 08, Sala 04, bairro Bonfim, CEP 13.147-030, na cidade de Paulínia/SP, neste ato representado por seu socio administrador, na forma de seus atos constitutivos por, **Maurílio Fernandes Júnior**, brasileiro, inscrito no CPF n° 780.180.998-04 e RG 7.532.901-3 SSP/SP, aqui por diante denominado simplesmente **COMITENTE,** e, de outro lado**, MARCOS ROBERTO TORRES, Leiloeiro Oficial, Matrícula JUCESP nº 633,** inscrito no CPF nº 159.954.488-11**,** com endereço a Rua Alice Além Saad, 855, Cj. 2305, Nova Ribeirânia, CEP 14.096-570, na cidade de Ribeirão Preto/SP, realizará LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL para alienação dos bens imóveis, pela maior oferta, no estado de ocupação e conservação em que se encontra, regendo-se o presente leilão pelas disposições legais vigentes, em especial os Decretos nº 21.981 de 19.10.32 e 22.427 de 01.02.33, bem como pela Lei 9.514/97 de 20/11/97 e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos. **IMÓVEL: Um terreno urbano – constituído pelo lote nº 04 (quatro) da quadra nº 36 (trinta e seis), com a área de 750m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), situados em Sagres, da comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, e que tem as seguintes divisas e confrontações: medindo 15 (quinze) metros de frente para a Avenida República por 50 (cinquenta) metros da frente aos fundos; confrontando-se pela frente com aquela mencionada via pública, de um lado confronta-se com a data nº 03 (três) de outro lado confronta-se com a data nº 05 (cinco) e finalmente pelos fundos confronta-se com a data nº 09 (nove), todos da mesma quadra nº 36 (trinta e seis), onde existe uma casa de construção de madeira e tijolos, coberta com telhas tipo francesa, bem como toda e quaisquer benfeitorias existentes sobre o imóvel. Imóvel sob a matrícula nº 9.187, do Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo. Cadastro Municipal: 1-521. CONTRUÇÃO: Av.6/M 9.187: Foi procedida averbação para constar que no imóvel desta matrícula foi edificado um prédio comercial com 389,64m². LOCALIZAÇÃO: Avenida República, nº 546, Centro - Sagres/SP. Devedores Fiduciantes: GILMAR RODRIGUES SILVA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 24.456.381/0001-86, com sede na Avenida Republica, nº 546, Centro, na cidade de Sagres/SP, CEP 17.710-000, neste ato representada por seu único sócio e administrador **GILMAR RODRIGUES SILVA**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG 9441211 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 544.292.348-68, residente e domiciliado na Avenida Republica, nº 546, fundos, Centro, CEP 17.710-000, na cidade de Sagres/SP. **Garantidores Fiduciantes: ZAR & ZAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.766.841/0001-56, Inscrição Estadual nº 595.005.695.114, com sede na Rua Vereador Armando Batista, Centro, CEP 17.710-000, na cidade de Sagres/SP, neste ato representada por seus sócios e administradores o Sr. **SEMIR ZAR**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 98071154 SSP/SP e inscrito no CPF nº 043.650.778-13 e a Sra. **DEJANIRA APARECIDA MACHADO ZAR**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 278619290 SSP/SP e inscrita no CPF nº 315.079.168-50, ambos residentes e domiciliados na Avenida Guanabara, nº 1.538, Centro, CEP 16.901-000, na cidade de Andradina/SP. **DO LOCAL E DATAS DA REALIZAÇÃO DOS LEILÕES:** Os Leilões serão realizados através do Portal www.3torresleiloes.com.br, onde serão aceitos lances na modalidade online, nos dias **25 de abril de 2023 às 13:00h**, e não havendo licitante que ofereça preço maior ou igual ao lance mínimo estabelecido, será realizado o segundo leilão no dia **10 de Maio de 2023 às 13:00h**. **DOS PREÇOS MÍNIMOS E LANCES:** Os valores utilizados para 1º e 2º leilão serão calculados na forma da Lei 9.514 de 1997. Sendo estes os valores de 1° e 2° leilão: **1° Leilão: 736.535,48 (setecentos e trinta e seis mil e quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos); 2° Leilão: R$ 436.281,99 (quatrocentos e trinta e seis mil e duzentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos); Caso no segundo leilão o maior lance oferecido não atingir o mínimo estipulado considerar-se-á extinta a dívida e exonerado o credor da obrig